

# Da Política dos Coronéis do Cacau aos Espaços de Participação Política: Estudo de Caso da Câmara Setorial do Cacau no Brasil

## From the Cocoa Colonels' Policies to the Space of Politics Participation: Case Study of Sectional Board of Supervisors of Cocoa in Brazil

Katianny Gomes Santana Estival<sup>a\*</sup>; Luiza Reis Teixeira<sup>a</sup>; Arise Natiana Araujo Teotônio<sup>b</sup>; Solange Rodrigues Santos Correa<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Ciências Contábeis e Administrativa, BA, Brasil

<sup>b</sup>Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, BA, Brasil

\*E-mail: ksgestival@uesc.br

---

### Resumo

O trabalho tem como objetivo apresentar uma análise das atividades da câmara setorial da cadeia produtiva do cacau, considerando o contexto histórico de construção da cadeia produtiva do cacau no Brasil e sob a perspectiva atual de integração da participação dos atores através das câmaras setoriais. Foram identificadas limitações no que se refere à representatividade da sociedade no espaço destinado à promoção de um mecanismo democrático e transparente de participação dos diferentes grupos de atores que atuam no segmento produtivo. As políticas desenvolvidas não passaram por uma ampla discussão em diferentes representações da sociedade, com desconsideração dos interesses de alguns grupos, principalmente dos produtores da agricultura familiar. Sob a perspectiva dos espaços públicos, e dos conceitos de empoderamento, extensão e desenvolvimento local, são discutidos quais são os aspectos do caso apresentado e como podem ser interpretados à luz desses conceitos.

**Palavras-chave:** Cacau. Cadeia Produtiva. Participação. Câmaras Setoriais. Política.

### Abstract

*This paper aims to present an analysis of the activities from the sectional board of supervisors of the productive chain of cocoa, considering the historical context of the construction of the productive chain of cocoa in Brazil and the current perspective of the integration of the actors' participation through the sectional board of supervisors. It was verified that the developed policies are not a topic of broad discussions in different societies' representations and the result is the development of policies that attend some needs, letting the groups' interests vulnerable, such as familiar farming producers and small producers from rural productive settlements, without the owing demands attendance. Finally, from the public spaces' perspectives and the concepts of empowerment, extension and local development, the aspects of the presented case and how they can interpreted by the light of the concepts are discussed.*

**Keywords:** Cocoa. Productive Chain. Participation. Sectional Board of Supervisors. Policies.

---

### 1 Introdução

O debate acerca da temática das políticas públicas ganhou maior relevância nas últimas décadas, devido a uma série de fatores, tais como, a adoção de políticas restritivas de gastos na maioria dos países em desenvolvimento, o surgimento de novas visões sobre o papel do governo, baseadas no ajuste fiscal, e a busca por políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e transformar a realidade de desigualdade social (Souza, 2006).

Para Souza (2006), a definição de política pública, pode ser apresentada, a partir de uma revisão da literatura, como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

O campo de conhecimento das políticas públicas tem uma estrutura multidisciplinar, uma vez que, volta-se para a explicação da natureza da política pública e seus processos, sintetizando assim, teorias do campo da sociologia, da ciência política, da economia, da gestão, da antropologia, entre outras.

O processo de desenho e formulação das políticas públicas tem como resultado: planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação. Já a implementação envolve sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

Para Digiovanni (2009) o conceito de políticas públicas evolui com o tempo, uma vez que há um processo constante de transformações históricas nas relações entre Estado e sociedade. Para o autor, as políticas públicas, estão cada vez mais referidas aos processos de democratização das sociedades contemporâneas. E como uma forma de aprofundamento da democracia, Souza (2006) ressalta que vários países do mundo, a partir da década de 1980, passam a implementar políticas públicas de caráter participativo.

Para Faria (2010) a participação da sociedade é considerada uma variável determinante para a ampliação e para o fortalecimento das democracias. O padrão democrático de uma sociedade passa então, a ser avaliado não apenas pela densidade cívica de sua sociedade civil, ou pela força de sua esfera pública, mas também pela pluralidade de formas participativas institucionalizadas com capacidade de inserção de novos atores nos processos decisórios (FARIA, 2010). A

participação dos atores sociais torna-se essencial à efetividade das ações que, cada vez mais, devem ser voltadas a atender demandas de diferentes grupos.

No Brasil, o processo de redemocratização trouxe a inserção de mecanismos institucionais que previam o aumento da participação da sociedade civil na esfera pública. A Constituição de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, projeto que emergiu da luta contra o regime militar, inseriu novas formas institucionais de participação, com a implantação de uma série de requisitos institucionais para dar prosseguimento ao processo de descentralização política e formação de instâncias colegiadas para auxiliar na formulação, execução e controle das políticas setoriais.

Dentre os mecanismos de participação da sociedade, é possível citar o poder que todo cidadão, associação, sindicato ou partido político tem de fazer denúncia ao Tribunal de Contas sobre irregularidade ou ilegalidade, segundo artigo 74, parágrafo 2º, da Constituição Federal. Em nível municipal, é possível solicitar o exame de contas (artigo 31, parágrafo 3º da CF), ou mesmo envolver a sociedade no planejamento municipal. Também é possível realizar a fiscalização das contas na esfera local, o que é regulado pelas Leis Orgânicas dos Municípios e pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Os exemplos não se esgotam aí, é possível citar também, a realização de audiências públicas, para discussão de tema de interesse da população, ou mesmo a participação nos conselhos de políticas setoriais, como educação, saúde, criança e adolescente, entre outros.

Este trabalho tem como objeto de análise um tipo específico de política setorial, as câmaras setoriais, mais especificamente a Câmara Setorial do Cacau. Através das políticas setoriais, que visam atender aos aglomerados de unidades produtivas, torna-se possível que o governo eleja as suas prioridades e sejam selecionados mecanismos de apoio voltados para os setores escolhidos.

No Brasil, as câmaras setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) surgiram no final da década de 1980, e foram uma tentativa de estabelecer diagnósticos sobre competitividade setorial, identificar causas das distorções existentes na economia e indicar as estratégias de ação para seu equacionamento. No entanto, no início da trajetória das câmaras setoriais, a questão da estabilidade monetária era central e ofuscava as demais, e o ponto central das discussões acabava sendo o problema do combate à inflação (STADUTO, 2007).

A partir de 1991, o escopo das Câmaras Setoriais foi sendo ampliado e foram surgindo os acordos setoriais que visavam tratar de assuntos que não se limitavam mais a negociações de preços, mas tratavam de questões estruturais de médio e longo prazo. No agronegócio a criação das câmaras setoriais, ocorreu apenas em 2008, com a publicação da portaria nº 530, de 12 de junho de 2008, que dispõe sobre a composição das câmaras setoriais e temáticas. As câmaras devem ser compostas por representantes dos diversos segmentos dos setores públicos e

privados, de forma a garantir representatividade de todos os específicos segmentos setoriais e o equilíbrio entre os mesmos (STADUTO, 2007).

Atualmente, estão em atividade 30 câmaras setoriais no Brasil. A câmara setorial da cadeia produtiva do cacau, que o funcionamento antecede a publicação da portaria das câmaras setoriais do agronegócio em 2008, está em funcionamento desde 2004, e conta com a participação de diversos atores da cadeia produtiva. Como forma da atuação, realiza encontros periódicos visando à construção de agendas anuais com demandas de curto, médio e longo prazo, para a discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas para o setor.

O objetivo do presente trabalho é apresentar, em primeiro plano, o contexto histórico da cadeia produtiva do cacau, a partir da evolução dos grupos dominantes e formas de participação política, identificadas desde o período dos coronéis do cacau. Em seguida, pretende-se, apresentar uma análise acerca da câmara setorial da cadeia produtiva do cacau a partir de uma reflexão sobre espaços públicos, empoderamento, extensão e desenvolvimento local.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Aspectos gerais da cadeia produtiva do cacau no Brasil

Ao longo do século XX, o Brasil ascendeu na produção cacaueteira, atingindo seu maior êxito por volta de 1980, quando se tornou o maior produtor das Américas e o terceiro do Mundo. Após essa fase de expansão da produção cacaueteira no país, inicia-se uma fase de crise e declínio da produção e comercialização.

A produção do cacau no país apresentou ao longo dos anos características peculiares que contribuíram para acentuar a crise enfrentada na década de 1.980. Leiter e Harding (2004) destacam que os plantios eram desordenados e o controle de pragas inexistente, o que levou a um esgotamento do solo pelo uso de técnicas tradicionais. O Estado brasileiro, por sua vez, até os inícios dos anos 60, não empreendeu esforços para melhorar a produtividade da lavoura por meio de pesquisas *ou trabalhos de extensão sobre a produção*.

A alta concentração da produção entre os latifundiários, que representavam 9% dos produtores, responsáveis por mais de 60% das exportações, é outra característica da exploração do cacau no país. Esses latifundiários, conhecidos como coronéis do cacau, raramente administravam suas fazendas. As relações de trabalho ocorriam de forma a explorar a mão de obra dos trabalhadores rurais, que eram pagos com um salário mínimo ou menos, apesar do grande retorno na produção (LEITER; HARDING, 2004).

Leiter e Harding (2004) apresentam uma crítica ao que ficou conhecido como a principal causa da crise da década de 1.980: à praga da “vassoura de bruxa”. Para eles, a crise do cacau não se restringiu à praga, mas foi construída por um composto de fatores. Entre eles, pode-se destacar a baixa qualificação e desmotivação da mão de obra direta, uma

vez que as relações de trabalho se assemelhavam a relações escravistas. Outro fator que pode ser citado foi a ausência de controle e gestão mais efetivos nas propriedades rurais, ou mesmo, uma ausência de preocupação com a qualidade do processo produtivo. Os autores ainda consideram a existência de uma orientação para os negócios de curto prazo e a ausência de cooperação entre os produtores.

A visão histórica da chamada civilização do cacau é abordada de forma diferente pelos autores que estudam a temática. Alguns são mais conservadores com relação à construção das relações de trabalho e organização da produção, afirmando que não houve escravidão, que o estabelecimento das propriedades teve início com pequenos produtores que trabalharam e se constituíram na região de forma cooperativa, fortalecendo a constituição do processo democrático na região. No Brasil, o sul da Bahia é a área geográfica que concentrou e ainda concentra mais de noventa por cento da produção nacional de amêndoas de cacau (ADONIAS FILHO, 1976).

As grandes tradições ligadas ao cacau influenciaram a construção da estrutura social da região. Cidades como Ilhéus tiveram na figura do coronel do cacau o maior agente do seu desenvolvimento social e progresso urbano. Ao longo da história, o coronel assumiu posição política e responsabilidades administrativas, implantando o sistema de transportes e redes telegráficas na região (ADONIAS FILHO, 1976). A legitimação do poder é ainda visível na arquitetura local: palacetes e prédios comerciais construídos no estilo europeu. Na análise de Giddens (1997) sobre a tradição na modernidade, as grandes tradições foram “monumentais” no sentido material e principalmente na forma não física. As obras históricas sobre a civilização do cacau refletem muito dessa grandiosidade.

Outros autores como Mahony (2007, p.738), propõem a desconstrução e a crítica da narrativa proposta para a análise da produção cacauzeira:

[...] a narrativa é um mito de origem que conta a história do nascimento da economia cacauzeira e da formação de sua elite regional. Como a maioria dos mitos históricos, é uma narrativa que pretende explicar e justificar o presente. Ao expor as dificuldades dos desbravadores do século XIX, ele ajuda a obscurecer desigualdades raciais e a justificar a imensa concentração fundiária e de renda que se desenvolveram na região no século XX. Também ajudou a elite a se defender da reforma agrária, da organização dos trabalhadores e da regularização das leis trabalhistas no meio rural, assim como reforçar seus apelos por assistência federal em tempos difíceis. Então, nós sustentamos que esta versão histórica serviu como uma arma na luta da elite cacauzeira por legitimidade e poder, tanto no contexto local, quanto nos contextos regional e nacional.

Mahony (2007) apresenta também uma forte crítica com base em pesquisas documentais em fontes diretas, estabelecendo uma comparação entre certidões de nascimento, óbitos, número de habitantes e trabalhadores rurais na região, o que a leva a concluir que existiu escravidão no trabalho da lavoura cacauzeira. Para a autora, esta forma

de trabalho deu continuidade à forma que predominava nos engenhos de açúcar, embora esse fato continue a ser negado por alguns autores e descendentes dos produtores e coronéis da região. Acredita-se que isso ocorra por uma necessidade de manutenção de uma posição confortável, contrária aos conflitos morais, perpetuando a crença no mito da origem, dos desbravadores, coronéis do cacau como figuras importantes para o desenvolvimento e estabelecimento da democracia.

O trabalho denominado Coronéis do cacau de autoria do pesquisador Falcón (2010), não assume a postura afirmativa sobre a existência da escravidão, como Mahony (2007), mas discorre sobre como a concentração do poder do cacau nas mãos de poucos proprietários e intermediários comerciais influenciou uma sociedade consolidada sobre o “mandonismo local”, que reúne no mesmo contexto elementos que garantiram e ainda garantem o controle do poder: a força econômica, o prestígio político e a violência.

Falcón (2010) afirma que, apesar da organização da produção não se caracterizar por um sistema escravista, se caracterizava por novas ou velhas formas recriadas que mantinham o caráter de exploração do trabalhador rural. Desde o início do sistema de produção de cacau na Bahia, se identifica relações sociais tensas entre proprietários e trabalhadores. Na consolidação da grande produção, ainda na República Velha, os pequenos produtores com características do campesinato, foram expropriados de suas terras. Nessa época havia uma precariedade nas condições técnicas de produção, a baixa ou inexistente capitalização dos produtos agrícolas. O capital externo sempre foi dominante na influência deste sistema produtivo e drenado para fora da Bahia. Predominaram a supremacia comercial, com base técnica precária, relações de trabalho não assalariadas, como algumas das razões existentes para o estabelecimento do chamado “paraíso do comércio”.

Uma das formas de controle era a submissão financeira, tanto dos produtores, quanto dos trabalhadores, o que se constituiu num traço forte das relações sociais. Os produtores que eram voltados exclusivamente para as lavouras dependiam dos adiantamentos dos banqueiros e eram obrigados a entregarem as suas safras aos preços estabelecidos pelos blocos exportadores. Os capatazes ou peões do cacau, que se dedicavam exclusivamente a produção de cacau, quase nunca tinham dinheiro líquido em mãos. Viviam em situação de extrema dependência do distribuidor da fazenda, de quem adquiria os produtos de subsistência no barracão e comprometia todo ou até mais do seu salário com as compras básicas.

No período de 1910 a 1920 a violência se acentuou devido a alta valorização das terras, com práticas violentas para expropriação das terras e garantia do domínio e poder dos coronéis. Nos períodos de 1920 a 1930, com a consolidação da agricultura capitalista e aumento da influência das casas exportadoras, o grupo regional de maior poder enfrentou a chamada Batalha do Sequeiro do Espinho, uma luta sangüinária dos grandes fazendeiros contra os pequenos, motivados pela

necessidade de expansão de suas fazendas. Neste período um único proprietário, coronel do cacau, chegou a ter sob o seu domínio setenta e sete fazendas.

A história do cacau, enraizada no processo de construção e formação das sociedades do Sul da Bahia e a manutenção da importância econômica da produção cacauaieira até os dias atuais, apesar das crises, faz com que o “cacau” permeie de forma contínua as relações sociais nas mais distintas esferas (históricas, políticas, socioambientais, tecnológicas e econômicas). O grande desafio consiste na intermediação dos conflitos existentes, com a abertura dos espaços de discussão entre os diversos grupos sociais que compõem esta complexa estrutura.

Apesar da problemática estabelecida no sistema produtivo, que na atualidade apresenta consequências como o alto grau de endividamento dos produtores, baixos índices de produtividade, dificuldades para o acesso às inovações tecnológicas e agregação de valor à produção, dificuldades para o controle das pragas naturais como a vassoura de bruxa e a atual ameaça da invasão da moníliase, o cacau ainda se configura como importante item na pauta das exportações do agronegócio brasileiro.

Atualmente, a produção de cacau no Mundo concentra-se nos países africanos, com 72% da produção mundial de amêndoas. Os países Costa do Marfim, Gana, Indonésia, Nigéria, Camarões, Brasil, Equador e Malásia, representam em ordem decrescente, 90% da produção mundial de amêndoas de cacau. O processamento de cacau é predominante nos países importadores, sendo 42% das amêndoas processadas na Europa, 14% e 12% nos Estados Unidos. A produção de chocolates concentra-se na Alemanha e Estados Unidos, com 47% da produção mundial e os principais mercados consumidores concentram-se nos Estados Unidos e Europa, representando 2/3 dos consumidores mundiais (UNCTAD, 2008).

O Sul da Bahia produz hoje 95% do cacau brasileiro, ficando o Espírito Santo com 3,5% e a Amazônia em 1,5% (CEPLAC, 2010).

De acordo com Zugaib *et al.* (2005), no Brasil, o cacau é produzido em mais de 40 mil propriedades rurais distribuídas em mais de 150 municípios, grande parte no estado da Bahia. Existem no país cerca de cinco indústrias de processamento de cacau (Cargill, Joanes, Barry Callebaut, Nestlé e Indeca) que diferenciam seus produtos em líquido, torta, manteiga e pó, e 57 indústrias de fabricação de chocolate, sendo 19 delas de grande porte, com mais de 500 empregos gerados, e 38 de pequeno porte, com menos de 500 empregos gerados.

O cacau produzido e comercializado no Brasil é destinado às grandes indústrias de transformação, multinacionais que processam as amêndoas transformando-as nos subprodutos líquido (massa de cacau) e manteiga de cacau, destinados principalmente a fabricação de chocolates de diferentes tipos. O cacau também é utilizado, em menor escala, na produção de cosméticos. Com relação ao consumo interno, este é da ordem

de 487 mil toneladas. E o consumo per capita de chocolates é de 2,16 kg/habitante/ano (ICCO, 2008).

O mercado mundial de chocolates movimentou US\$ 60 bilhões (JUSTE, 2009). Segundo dados de 2007 da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados - ABICAB, o faturamento do setor foi de R\$ 10,4 bilhões, divididos em R\$ 7,2 bilhões em chocolates, R\$ 2,7 bilhões em balas, confeitos e gomas de mascar e R\$ 519 milhões em amendoins.

Frente às influências do contexto histórico e mudanças na configuração da cadeia produtiva do cacau no país, é possível perceber a necessidade de uma maior integração dos atores políticos visando, não somente o aumento da competitividade da atividade produtiva, mas a criação de espaços de diálogo, para que sejam discutidos e propostos projetos e políticas visando o desenvolvimento da cadeia produtiva como um todo. E como a produção de cacau representa quase metade da economia local, conclui-se que suas demandas estão intrinsecamente relacionadas com o desenvolvimento regional.

## 2.2 Câmara setorial da cadeia produtiva do cacau

As Câmaras Setoriais e Temáticas são espaços institucionais voltados para interlocução do poder público com diferentes atores do setor produtivo. No Brasil, foram criadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com objetivo de identificar oportunidades de desenvolvimento das cadeias produtivas, definir ações prioritárias de interesse para o agronegócio brasileiro e aprimorar seu relacionamento com os mercados interno e externo. A ideia é que o diálogo estabelecido entre governo e setor privado resulte em um mecanismo que possa ser considerado democrático e transparente, no que se refere à participação da sociedade na formulação de políticas públicas (VILELA, 2006).

Takagi (2004) destaca que em algumas situações o papel desempenhado pelas câmaras setoriais esteve mais voltado para o estabelecimento de uma autorregulação do setor, por meio de uma articulação do setor privado na busca de uma competitividade internacional. Essa autorregulação partia de um reconhecimento do esgotamento do Estado na formulação de políticas para favorecer o setor agrícola.

As câmaras setoriais são constituídas por representantes de entidades de caráter nacional, produtores, trabalhadores, consumidores, empresários, autoridades do setor privado e representantes de órgãos públicos, como parlamentares, técnicos governamentais e instituições bancárias. Atualmente, estão em vigor trinta câmaras setoriais e temáticas, que se reúnem periodicamente, com uma média de duas a três reuniões anuais, com apoio da coordenação geral das câmaras, representada pelo MAPA, visando manter a continuidade das ações e articulação entre os atores e demais cadeias produtivas.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis foi instalada em maio de 2004, em Brasília. Foram indicados, para Presidente

da Câmara, o representante da Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia – CABRUCA, Fausto Lavigne Soares Pinheiro, e para Secretário Executivo, o Diretor Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, Gustavo Costa de Moura (Vilela, 2006). A Câmara foi consolidada pela Portaria nº 9, de 7 de janeiro de 2005 e alterada pela Portaria nº 5, de 05 de janeiro de 2006. Na composição inicial participaram 48 órgãos e entidades, entre instituições governamentais, associações de classe, federações e sindicatos do setor.

Entre os objetivos estabelecidos no documento de consolidação e apresentação da câmara, destacam-se: desenvolvimento de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho; aumento de produção e produtividade; implantação do sombreamento definitivo; discussão política de *drawback*, revisão dos índices de produtividade média na região sul da Bahia, entre outros.

Com base na análise documental das atas das reuniões realizadas pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis, em Brasília/DF, entre os anos de 2004 à dezembro de 2010, são apresentadas as principais demandas discutidas pelos atores, quem foram os atores com maior participação nas reuniões e qual a efetividade dos resultados das reuniões, no que se refere ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas para o segmento.

No ano de 2004 foram realizadas três reuniões, com a participação média de vinte instituições. Entre os principais resultados obtidos, se identifica a criação de seis grupos temáticos:

1. Institucionalização da Ceplac;
2. Caracterização e Equacionamento das Dívidas dos Cacaucultores e Programa de Financiamento;
3. Agroecologia e Meio Ambiente;
4. Agroindustrialização do Cacau / Verticalização da Produção;
5. Organização do Produtor (Associativismo, Cooperativismo, Educação associativista, estruturas regionais, Agricultura Familiar);
6. Comercialização e Regulamentação do Cacau (Oportunidades, Processo de Comercialização - promocional, fiscal, regulatório e tributário – nacional e internacional, Normatização do cacau - amêndoas, produtos e processos).

Os participantes das reuniões neste ano se subdividiram em cada um dos grupos temáticos, visando focar as discussões de acordo com os interesses específicos e competências, construir e alinhar propósitos para cada um dos grupos estabelecidos.

No ano de 2005 foram realizadas três reuniões. Na primeira reunião já se identifica e é evidenciada a queda no número de entidades e organizações participantes, apenas treze, na primeira reunião do ano. Foram apresentadas e discutidas as propostas desenvolvidas por cada grupo

temático, além do debate de outros pontos como, a discussão da política de *drawback* (incentivo concedido às empresas fabricantes-exportadoras, que permitem importar, livre do pagamento de tributos e taxas, itens destinados a integrar um produto final, por transformação, beneficiamento ou composição, com a condição básica deste ser exportado) política praticada tradicionalmente no mercado do cacau, a comercialização do cacau (deságio imposto ao produtor), a inclusão do chocolate na merenda escolar, o encaminhamento de correspondência da Câmara Setorial ao Ministro Roberto Rodrigues solicitando apoio para a liberação dos recursos da 4ª etapa do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Nas demais reuniões as discussões continuaram com a mesma composição em grupos temáticos, com destaque para a demanda por efetivar normas para padronização das amêndoas e necessidade de revisão da normatização dos produtos à base de chocolate.

No ano de 2006 foram realizadas três reuniões. Os principais assuntos discutidos foram: a inclusão da UNICAMP, especialista em pesquisas sobre cacau como participante da câmara; a adequação dos produtores e exportadores brasileiros de cacau ao sistema de limites máximos para resíduos químicos no cultivo de cacau, de acordo com Associação de Chocolate e Cacau no Japão; apresentação da Proposta de Agro industrialização, com valor agregado para o cacau; revisão do índice do Grau de eficiência de Exploração – GEE para o cacau; endividamento dos produtores de cacau; necessidade de maior participação; continuidade da presença das instituições participantes da câmara.

Nos anos de 2007 e 2008, se verifica a redução do número de instituições participantes e a realização de quatro reuniões durante este período. Entre os principais assuntos identificados nas atas estão: a discussão sobre a importância do estabelecimento e revisão dos requisitos de qualidade para as amêndoas produzidas no Brasil de acordo com o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade da Amêndoa de Cacau, da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV/DAS/MAPA; incentivos a programas de pesquisa e desenvolvimento da agroindústria do chocolate, em apoiar processos de certificação e agregação de valor do cacau e da madeira, na reserva legal do Espírito Santo em áreas de cacau; políticas de preços mínimos para o cacau; necessidade de continuidade das discussões estabelecidas por cada grupo temático.

No ano de 2009 foram realizadas três reuniões, em que se verifica uma redução ainda maior do número de participantes e instituições (apenas onze na primeira reunião). Os principais assuntos discutidos neste ano foram: o andamento do PAC do cacau; necessidade de estabelecimento de planejamento estratégico para a câmara, com base na experiência da câmara setorial do café; políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Cadeia do Cacau; necessidade de revisão do código florestal; instalação da câmara setorial do cacau na Bahia. Na reunião realizada no mês de dezembro, teve início

o processo de construção da chamada agenda estratégica do cacau, com o objetivo de agrupar as demandas identificadas por cada grupo temático em um único documento para encaminhamento direto ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em 2010 foram realizadas três reuniões, com foco principal na consolidação e entrega da agenda estratégica ao Ministro, necessidade de inclusão do cacau na política do preço mínimo, necessidade de plano de contingência para *monilíase* (doença causada por um fungo que ameaça a sobrevivência do cacau), apresentação do relatório de ações do presidente da câmara no período de 2004 a 2010, e redefinição dos membros da câmara, reduzindo o contingente inicial de 48 para 19 membros.

De acordo com o relatório sobre os principais resultados transversais obtidos através da atuação da Câmara Setorial do Cacau, divulgado pelo presidente da Câmara no período, estes podem ser assim resumidos:

- Discussão da política de *drawback* no cacau;
- Comercialização do Cacau (deságio imposto ao produtor);
- Inclusão do Chocolate na merenda escolar;
- Apoio à implantação das Câmaras Estaduais do Cacau Bahia e Pará;
- Instalação da Câmara Setorial do Cacau do Estado da Bahia;
- Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários: discussão;
- Criação do Parque de Serra das Lontras;
- Aspectos Conjunturais do Mercado do Cacau;
- Políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário que podem contribuir com a Cadeia do Cacau;
- Gestões políticas de apoio ao PAC do Cacau;
- Construção e encaminhamento da Agenda Estratégica do Cacau.

Através da análise do histórico da câmara, utilizando como fonte de dados as atas e a observação através da participação direta em duas reuniões no período de 2009 e 2010, é possível levantar alguns pontos críticos sobre a efetividade das atividades desenvolvidas pela câmara, que a partir do ano de 2009, teve sua representatividade marcada basicamente por uma cooperativa CABRUCA, da qual o presidente da câmara também exercia cargo no período, pela CEPLAC – Comissão Executiva para o Planejamento da Lavoura Cacaueira, pela Associação dos Produtores de Cacau, pelo Banco do Nordeste, e, a partir de 2007, pelo Instituto Cabruca. A história de vida e profissional destes participantes faz parte da história da sociedade do cacau, aonde a maioria já atuou ou ainda atua como proprietário e ou produtor de cacau na região Sul da Bahia.

Apesar da participação da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) em algumas reuniões, com a representação técnica de uma universidade nas discussões, apenas no ano de 2009 foi incluída no grupo de composição

da câmara participação de uma universidade da região, a Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, Bahia.

Sobre a composição da Câmara, ainda é possível destacar a inexistente ou baixa participação de membros de entidades que representam a agricultura familiar, assentamentos rurais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, representantes da sociedade civil dos municípios, consumidores, processadores e fabricantes de chocolates. A representação da câmara assim configurada afasta-se do objetivo de ampla representação do setor produtivo conforme estabelece a regulamentação. O texto oficial determina a composição das câmaras deveriam ser:

[...] constituídas por representantes de entidades de caráter nacional, representativas de produtores, trabalhadores, consumidores, empresários, autoridades do setor privado e representantes de órgãos públicos, parlamentares, técnicos governamentais e instituições bancárias (VILELA, 2006, p.10).

Questiona-se como as relações de poder construídas ao longo da história da cadeia produtiva do cacau se expressam no espaço consultivo da câmara setorial da cadeia produtiva do cacau. As demandas apresentadas refletem as perspectivas da multiplicidade de atores ou se restringem a participação de um grupo específico?

Romano, Andrade e Antunes (2007), sugerem algumas expressões que poderiam ser adotadas para participação, no contexto da câmara setorial do cacau. É possível identificar este espaço de participação como algo que acontece em relação às instituições estatais e legais, mas formatados por diversas abordagens: a dos direitos, a do conflito, a pluralista/consensual, a do entendimento mútuo e principalmente da eficiência. Outra abordagem é do associativismo, em que, através da câmara setorial diversos atores visam institucionalizar a ação coletiva.

É possível perceber a partir da análise dos dados da câmara setorial do cacau, que a arena de discussões que se encaminham para o conflito, expresso não necessariamente como uma ação negativa, mas que consideraria a diversidade dos atores, é quase sempre evitada. Permanecem as discussões comuns que não oferecem riscos para a estabilidade do poder dos atores e mudança das suas “zonas de conforto”.

Também não se identifica a participação dos diversos atores que sofrem impactos diretos da cadeia produtiva do cacau na arena da câmara setorial. O segmento da agricultura familiar, pequenos produtores, pequenos fabricantes de chocolates, são citados na agenda estratégica por projetos propostos por instituições, mas não construíram em nenhum momento projetos específicos para as suas demandas reais, já que nunca fizeram parte da estrutura dos atores participantes das reuniões.

Como reforçam Romano *et al.* (2007), estes espaços, muitas vezes, reproduzem o clientelismo e barganhas político partidárias. Percebe-se que os atores com maior representatividade nas reuniões da câmara analisada estão vinculados a um grupo restrito de instituições e as demandas

negociadas traduzem as necessidades destas. O que pode ser exemplificado a partir das discussões em torno de um acordo e análise do processo políticas para renegociação das dívidas, revisão dos índices de produção da terra, desenvolvimento de índices específicos para avaliação da produtividade para a produção cacauzeira.

Ao longo do período analisado é possível perceber que inexistem políticas e propostas para fomento a geração de emprego e renda na cadeia produtiva do cacau, através da promoção da agricultura familiar. Alguns projetos nessa área, pequenas iniciativas desenvolvidas por Organizações Não Governamentais na região sul da Bahia, são questionáveis quanto à sua efetividade, já que não existe uma divulgação pública do número de produtores beneficiados e impactos reais sobre a geração de emprego e renda.

A localização física das reuniões acentua a concentração e manutenção das relações de poder entre os atores. Todas as reuniões são realizadas na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília/DF, o que inviabiliza a participação de muitos atores, que se concentram nas regiões produtoras Bahia, Espírito Santo e Paraná.

Apesar destes fatores críticos citados, com a construção da agenda estratégica da câmara setorial da cadeia produtiva do cacau, no ano de 2009, percebe-se a inclusão de alguns pontos que, de fato, expressam a realidade da multiplicidade de atores. Entre eles é possível citar: a promoção de incubadoras para apoio técnico e de gestão aos novos empreendimentos; o desenvolvimento cooperativo de marcas de origem, valorização de atributos históricos, sociais e ecológicos; a promoção para formação de associações e cooperativas; o programa de incentivo à industrialização local em pequena e média escala. Contudo, vale reforçar, que os atores não tiveram participação direta na construção dos itens da agenda entregue ao governo no ano de 2010.

A partir daí é possível questionar o real papel dos espaços institucionais de participação social, a sua efetiva representatividade e o empoderamento que a participação pode trazer para a sociedade, no que se refere ao reconhecimento dos seus direitos. A partir dessa reflexão, algumas questões são levantadas: A renegociação das dívidas dos cacauicultores e revisão dos índices de produtividade da produção cacauzeira beneficiariam qual percentual da população da região? Como as políticas e projetos propostos pela câmara setorial do cacau poderiam gerar impactos sobre o desenvolvimento das sociedades locais?

### **2.3 A câmara do cacau sob as perspectivas dos espaços públicos, empoderamento, extensão e desenvolvimento local**

A análise da evolução histórica da composição e desenvolvimento da câmara setorial do cacau nos leva a questionar o quanto, de fato, a política consegue promover um mecanismo democrático e transparente de participação da sociedade na formulação de políticas públicas.

Diante da análise do histórico de ações se verifica que a estrutura hierárquica e o autoritarismo presente na sociedade do cacau se refletem no espaço público de participação dos atores. O poder político e técnico da CEPLAC, e de alguns representantes que se apresentam mais atuantes nas reuniões da câmara, como grandes produtores e representantes de organizações não governamentais, que se confundem na defesa das propostas ditas como “coletivas” e interesse individuais, coloca em risco a partilha efetiva do poder entre os demais atores.

A reduzida participação dos atores, como verificada na análise do histórico das reuniões do ano de 2004 à 2010, minimiza a importância do confronto e do seu papel para consolidação do processo democratizante. A ampliação da participação dos atores poderia proporcionar o enfrentamento dos conflitos reais, existentes entre os atores (esfera privada e não governamental) e entre atores e poder público, contemplando os fatores que os articulam e separam e os fatores que os unem ou os opõem. Trata-se do reconhecimento da importância da pluralidade para a construção de programas de políticas públicas, quando se trata de espaços públicos. Conforme analisado, a própria escolha da localização física das reuniões desconsidera as limitações dos participantes, o que pode exercer influência sob a participação dos agentes.

Quanto maior a representatividade, maiores as chances de uma partilha efetiva do poder de negociação com o Estado, gerando resultados efetivos que realmente possam reduzir as desigualdades das políticas propostas no contexto da sociedade, em decisões que não sejam direcionadas a interesses meramente mercadológicos ou de grupos específicos.

Numa sociedade ainda caracterizada pelo poder hierárquico e tomada de decisões centralizadas, o conceito de empoderamento deve ser retomado para que as discussões e projetos políticos sejam delineados visando o desenvolvimento, considerando que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas para exercerem ponderadamente a sua condição de agente” (SEN, 2000, p.10). A possibilidade do desenvolvimento e de desenvolver-se envolve o aumento da capacidade de ação dos atores, além da promoção de um questionamento aberto sobre em que consistem as privações destes. Outros questionamentos giram em torno das possibilidades de eliminar as privações, e como as políticas públicas criam oportunidades e ajudam a eliminar as privações.

É preciso retomar a análise sobre conceito de empoderamento de uma forma crítica, para além da perspectiva reducionista do *transformismo*, aonde muitas organizações adotam este novo nome para legitimação de práticas de cunho assistencialista, que sempre fizeram parte do escopo de suas ações (ROMANO, 2003).

Em uma das ações resultantes das discussões propostas na câmara setorial, referente à promoção da industrialização do cacau na Bahia, integrante do grupo de ações do Programa

de Aceleração do Crescimento (PAC) Cacau, através do levantamento direto de informações junto aos atores envolvidos e consulta a materiais de divulgação de ações governamentais, se verifica o caso de instalação de uma planta industrial para o processamento de chocolates em uma cidade do interior da Bahia. A planta foi construída com investimentos diretos de R\$ 1.500.000,00, oriundos do governo do Estado da Bahia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, com previsão para beneficiamento anual de 14,6 mil arrobas de cacau, produção de 438 mil quilos de chocolates e receita anual de 4 milhões por ano. De acordo com o Governo do Estado da Bahia a indústria gerará um aumento na renda familiar do agricultor de, no mínimo, 170%, gerando dez empregos diretos e beneficiamento mais de trezentas famílias (BAHIA, 2011). A prefeitura do município da região Sul da Bahia entrou com os recursos para a elaboração do projeto, infraestrutura, aquisição e doação do terreno. O governo do Estado participou da aquisição dos equipamentos e construção do empreendimento, através da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR e Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Após a instalação da fábrica o projeto governamental prevê a assistência técnica aos pequenos produtores voltada para melhorar a qualidade da produção e aumentar a sua produtividade.

Divulgada pelos governos do Estado e Federal, como a primeira fábrica de chocolates finos do Brasil e como uma grande esperança de agregar valor ao cacau e aumentar a renda dos produtores o processo, não parece ser tão promissor, a partir de uma análise mais aprofundada. A estrutura da indústria, entregue desde o início de 2010, para a gestão industrial através da Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bacia do Rio Almada e Adjacências (COOAFBA), após diversos conflitos políticos com a prefeitura, entrou em operação apenas, em fevereiro de 2011. Apesar da estrutura, composta por máquinas e equipamentos disponíveis, não existiam produtores capacitados para o trabalho na indústria de processamento e fabricação de chocolates, que demanda capacitação técnica específica, além de experiência prévia. Hoje, a fábrica está com um número de mão de obra mínima capacitada o que possibilita o funcionamento e a produção do chocolate fino, mas não existe qualquer prospecção de mercado, na Bahia, Brasil, ou exterior, que garanta o escoamento do produto e o tão sonhado e propagado aumento da renda dos produtores.

O planejamento, organização e execução deste projeto foi conduzido de “cima para baixo”, visando a adoção da estratégia do empoderamento neutro e sem conflitos. O que, de acordo, com Romano (2003, p.11) apresenta uma incongruência de ações com os princípios de emancipação:

procura-se tecnicizar os conflitos, tirando deles suas dimensões ideológicas e políticas, de forma a domesticá-los. Os conflitos perturbam o resultado esperado. A mudança procurada seria o fruto do progresso das relações sociais, do desenvolvimento das instituições e da superação das falhas do mercado. O empoderamento, nessa visão, seria um acelerador ponderado

desse progresso. Uma técnica de administração e neutralização de conflitos. Busca-se reduzir os efeitos do empoderamento, no melhor dos casos, aos de uma progressão aritmética e não potencializar as suas possibilidades enquanto desencadeador de progressões geométricas. Com essa pasteurização do empoderamento, tem-se procurado eliminar o seu caráter de fermento social.

No processo apresentado como exemplo, promover o caráter de “fermento social” do empoderamento, neste contexto, pode representar grandes ameaças a elite agrária do cacau da região, aonde há concentração das grandes propriedades e acirrado debate sobre a necessidade de revisão dos índices de produtividade da lavoura cacauzeira. E caso essa revisão ocorra, de fato, de acordo com recurso adotado pelo INCRA, com base no do artigo 2º, da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, que trata da função social da terra, poderia levar a desapropriação de mais de 90% das propriedades. A partir do momento que a instalação da indústria foi divulgada, surgiram na sociedade diversos questionamentos e polêmicas levantadas por atores sociais, como as Universidades, produtores de pequeno porte de cacau e chocolates, SEBRAE Bahia, mas não ocorreu em nenhum momento a convocação de espaços públicos para a discussão e transparência da proposta, tais como audiências públicas, por exemplo.

Frente às críticas apresentadas sobre o processo, iniciativas como estas não devem ser desprezadas ou excluídas, mas sim construídas em busca do diálogo, como propõe Delgado (2002), ao apresentar a necessidade de reflexão a partir de pelo menos três dimensões:

1. Empoderamento das comunidades e dos atores sociais locais em sua relação com o Estado, os mercados e outros segmentos da sociedade civil;
2. O desenho de formas de institucionalização adequadas à criação de sinergias positivas nessa complexa relação;
3. A obtenção de alternativas econômicas concretas que viabilizem, de forma sustentável, a melhoria dos níveis de renda e das condições de vida das comunidades de agricultores familiares e de pescadores artesanais.

O projeto proposto se caracteriza como uma busca de alternativa econômica, mas não pode ser conduzido considerando o chamado “modelo técnico único”, que muitas vezes é adotado devido à inexistência ou pouca representatividade da tradição política e discussões comunitárias. Situação que leva os agentes de extensão envolvidos no processo a conduzirem estes, de acordo com modelos já utilizados o que pode resultar em projetos que depois de concretizados são abandonados ou sub-utilizados.

O conhecimento e os saberes locais dos grupos envolvidos diretamente nas propostas de alternativas econômicas devem ser valorizados desde a construção do planejamento dos projetos, como afirma Delgado (2002) a busca de alternativas econômicas concretas só vai ser sustentável se fizer parte de um processo coletivo de revitalização cultural das comunidades, que deve estar associado ao intercâmbio, à interação social, à saída do isolamento, à necessidade de

difundir as inovações e de estreitar a comunicação entre as comunidades de agricultores familiares.

### 3 Conclusão

A principal cultura agrícola produzida na região Sul da Bahia é o cacau, que representa 62% da produção brasileira com 33.910 produtores rurais sendo mais de 90% caracterizados como pequenos produtores, que demandam por apoio técnico-gerencial para que possam desenvolver estratégias de qualidade e serem competitivos como atores da agricultura de pequeno porte e familiar na cadeia global do cacau chocolate.

A diversificação das atividades de produção, ações para a melhoria da produtividade, qualidade e comercialização dos produtores da agricultura familiar representam melhores possibilidades de redistribuição do emprego e renda nas regiões produtivas de cacau no Brasil. Faz-se necessário que estes atores participem dos espaços de discussão das estratégias e políticas setoriais, como da Câmara do Cacau, e tenham também as suas demandas incluídas nas agendas estratégicas.

Na percepção do agronegócio, os pequenos agricultores são pequenos empresários e devem ser incluídos apenas nas discussões das políticas sociais. Isso contribui para acentuar as dificuldades do segmento para obter vantagens competitivas nos mercados de qualidade dos segmentos agroalimentares, já que o acesso às tecnologias e qualidade não é facilitado, uma vez que, estes se submetem as mesmas condições impostas para os grandes e médios produtores, o que reforça as barreiras para a agregação de valor na pequena produção.

Os produtores da agricultura familiar quando inseridos nos mercados de qualidade, que, apesar de terem mercado consumidor crescente e alto valor agregado para comercialização, sofrem limitações para ampliação dos mercados, no que se refere aos entraves das complexas regras sanitárias, semelhantes às impostas aos segmentos de médio e grande porte do segmento agroindustrial.

A Câmara Setorial do Cacau deve ser um dos espaços de participação e articulação, considerando as diferenças das demandas existentes em cada grupo dos participantes para que atinja o objetivo de identificar oportunidades de desenvolvimento das cadeias produtivas, definir ações prioritárias de interesse para o agronegócio brasileiro e aprimorar seu relacionamento com os mercados interno e externo.

### Referências

- ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ABICAB - Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados.- Disponível em: [http://www.abicab.org.br/index\\_home.htm](http://www.abicab.org.br/index_home.htm). Acesso em: 6 out. 2013.
- APCFE. Associação dos Profissionais do Cacau Fino e Especial. 2005. Disponível em: <http://www.apcfe.org>. Acesso em: 21 maio 2013.
- BAHIA. Governo do Estado da Bahia. 2011. Agricultura familiar: Bahia ganha fábrica de chocolates finos. *Jornal da Integração*. v.2, n.6, p.3-5. 2011.
- BEAGLE, B. *The chocolate directive*. 2010. Disponível em: [http://www.britanniafood.com/english/invite\\_01.htm](http://www.britanniafood.com/english/invite_01.htm). Acesso em: 16 abr. 2013.
- BELIK, W. *Agroindústria e política agroindustrial no Brasil*. Brasília: MDA, 2007.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria N° 530, de 12 de junho de 2008. Disposição sobre o Regimento Interno do Conselho do Agronegócio. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/CAMARAS\\_CONSELHOS/CAM\\_CON\\_CAMARAS/MENU\\_LATERAL\\_CAMARAS2/REGIMENTO%20INTERNO%20-%20CONSAGRO\\_0.PDF](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/CAMARAS_CONSELHOS/CAM_CON_CAMARAS/MENU_LATERAL_CAMARAS2/REGIMENTO%20INTERNO%20-%20CONSAGRO_0.PDF). Acesso em: 10 mar. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Legislação. Visa Legis. Resolução RDC n.264, de 22 de setembro de 2005. *Aprova Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade de Chocolate e Chocolate Branco*. Disponível em: <http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=18823&word=chocolate>. Acesso em: 10 mar. 2010.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau*. 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- BUAINAN, A. Modelo e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática. In: RAMOS, P. et al. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MD, 2007, p.53-100
- CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/index.asp>. Acesso em: 12 mar. 2010.
- CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. CEPEC. Centro de Pesquisas do Cacau.
- COMUNIDADE EUROPÉIA. Official Journal of the European Communities L 197/19. DIRECTIVE 2000/36/EC of the European Parliament and of the Council. *Relating to cocoa and chocolate products intended for human consumption*. 3.8. 2000.
- DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, Unicamp, 2002.
- DELGADO, N.G. *Extensão e desenvolvimento local: em busca da construção de um diálogo*. In: DESENVOLVIMENTO RURAL DO NORDESTE DO BRASIL DO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A EXTENSÃO E O NOVO ESPAÇO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO. Recife, Pernambuco, 2002
- DIGIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. *Caderno de Pesquisa do NEPP*, n. 82, 2009.
- DILLINGER, T.L. et al. Food of the gods: cure for humanity? a cultural history of the medicinal and ritual use of chocolate. *American Society for Nutritional Sciences*, 2000.
- FARIA, C.F. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma agenda positiva. *Rev. Soc. Pol.*, v.18, n.36, p.187-204, 2010
- FALCÓN, G. *Coronéis do cacau*. Salvador: Solisluna Design, 2010.
- FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Sinais de Renascimento. *A vassoura varrida*, *Rev. Pesq. Fapesp*, n.128, 2006 Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=3406&bd=2&pg=1&lg>. Acesso em: 15 ago. 2013.

- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDEBNS A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* Paulo: Unesp, 1997, p.72-131.
- IBOPE MEDIA. *Pesquisa: mapeamento do consumo de chocolates no Brasil*. 2009. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Notícias&docid=6355C9232552CFE883257593004ED1C4>. Acesso em: 17 ago. 2013.
- ICCO. Organización Internacional del Cacao. *Informe Anual 2006/2007*. ICCO. 2008.
- JUSTE, M. *Chocolate gera renda e protege a mata atlântica*. Disponível em: [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br). Acesso em: 29 ago. 2013.
- LEITER, J.; HARDING, S. Trinidad, Brazil, and Ghana: three melting moments in the history of cocoa. *J. Rural Studies*, p.113-130, 2004.
- MAHONY, M.A. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauera da Bahia. *Cadernos de Ciências Humanas, Revista Especiaria*, v.10, n.18, p.737-793, 2007.
- ROMANO, J.O.; ANTUNES, M. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Action Aid, 2003.
- ROMANO, J.O.; ANDRADE, M.P.; ANTUNES, M. *Olhar crítico sobre participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local*. São Paulo: Action Aid Brasil, 2007.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*, v. 8, n.16, p.20-45, 2006.
- STADUTO, J.A.R. *et al.* As câmaras setoriais do agronegócio brasileiro. Londrina: UEL, 2007.
- TAKAGI, M. *Câmaras setoriais agroindustriais: representação de interesses e políticas públicas*. Annablume. São Paulo: FAPESP, 2004.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Cocoa study: industry structures and competition*. New York: UNCTAD, 2008.
- VILELA, D.; ARAUJO, P.M.M. (Org.). *Contribuições das câmaras setoriais e temáticas à formulação de políticas públicas e privadas para o agronegócio*. Brasília: MAPA/SE/CGAC, 2006.
- WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008
- ZUGAIB, A.A. *et al.* Análise do mercado processador de cacau no Brasil vista sob o modelo estrutura conduta desempenho. *Revista Sócio-Econômica*, 2005.